

Votação de "trem" adiada para 3ª

JORNAL DE BRASÍLIA
Zenaide Azeredo

27 SET 1991

Câmara e do Senado na Comissão Mista:

Foi transferida para terça-feira a votação do projeto de resolução do senador Almir Gabriel (PSDB-PA) prevendo o recrutamento de 54 assessores e assistentes de orçamento entre funcionários da Câmara e do Senado. Ontem o parecer do relator manteve fora da Comissão de Orçamento os técnicos concursados, em 1990, levantando suspeitas quanto à possibilidade das duas Casas estarem patrocinando um novo trem da alegria interno. Dos 54 cargos, 30 são de nível DAS-3, equivalente a Cr\$ 1,5 milhão e 24 de nível DAS-1, em salário orçado em Cr\$ 1 milhão.

Antes da comissão chegar a um acordo sobre o adiamento da data da votação do projeto, seu autor, o senador Almir Gabriel, reclamou da matéria publicada no **Jornal de Brasília** de ontem. "Sob o título 'Congresso pode ter um novo trem' a matéria alertava para a possibilidade de assessores não concursados serem chamados para integrar a Comissão de Orçamento. Gabriel se queixou dizendo que estava sendo colocada em questão a lisura de sua posição, expressa no projeto de resolução prevendo o aproveitamento de funcionários da

Os deputados citados na matéria do JBr, dentre os quais o petista Aloízio Mercadante (PT), Hélio Rosas (PMDB) e Luis Piau Ylino (PSB), tiveram realmente suas justificativas contrárias ao projeto citadas na reportagem. Essas emendas, que sugeriam também o aproveitamento de técnicos de orçamento concursado se ainda não chamados, insinuavam que poderiam ser escolhidos funcionários da Câmara e Senado sem experiência em orçamento, e pior ainda, com vínculo de lealdade ao parlamentar, o que estaria jogando por terra os esforços de profissionalização e especialização de recursos humanos segundo Rosas. Almir Gabriel se defendeu, mas em seu relatório sobre a matéria, entregue ontem à Comissão, ele não acolheu as emendas que previam o aproveitamento de uma parte dos 93 técnicos de orçamento e fiscalização aprovados no concurso da Câmara.

Esse substitutivo, que elimina 10 cargos de digitador e datilógrafo e introduz pequenas alterações semânticas, insiste na convocação dos assessores da Câmara e do Senado "com comprovada experiên-

cia na área de orçamentos públicos".

O que o comitê dos assessores concursados denuncia, no entanto, é a total ausência de assessores concursados especialistas em orçamento, dentro da Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos do Senado Federal. O concurso de fato, aconteceu apenas na Câmara, mas com o projeto de resolução sobre a estrutura, os senadores terão a garantia de escolher os assessores para a importante Comissão Mista de Orçamento.

Com a denúncia é o mal-estar criado pelas próprias emendas na qual se baseou a matéria do JBr, na próxima terça-feira, haverá votação de destaques, de forma a evitar maledicências sobre o "trem da alegria" interno. Em seu relatório distribuído ontem Almir Gabriel afirma: "Considero a competência técnica e experiência imprescindíveis para o desempenho do cargo de assessor e não somente proficiência demonstrada em concurso público". Afirma ainda o senador que "a contratação de assessores adicionais concursados não traz economia ao Congresso Nacional". Ontem, porém, durante a reunião, o parlamentar adiantou que não tem nada contra os assessores concursados.